

RELATÓRIO GERAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2.019.

Em cumprimento às disposições estabelecidas na Lei 4.320/64, na Resolução TCE/PI nº 09/2018 e na Lei Complementar nº 101/2000, expomos a esse Egrégio Tribunal de Contas, à Câmara Municipal de Brejo do Piauí e aos demais, em nome do interesse público, os resultados gerais do Exercício Financeiro de 2.019; evidenciados nos balanços e demonstrativos que registram os atos e fatos administrativos e financeiros do município em menção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

◆ BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço deve ser considerado como um documento que representa, em dado momento e de modo sintético, o estado de uma administração, sob o ponto de vista de seus direitos e obrigações.

O Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada nos permite cortejar a receita arrecadada com aquela que teria sido prevista possibilitando vislumbrar o resultado orçamentário do exercício; o presente município comportou-se da seguinte forma:

RECEITA	ATUALIZADA 2.019	ARRECADADA 2.019
RECEITA CORRENTE	18.482.627,15	12.459.195,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	243.946,50	464.640,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	49.613,91
RECEITA PATRIMONIAL	81.535,00	33.551,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	420,00	0,00
TRANSF. CORRENTES	14.592.009,53	11.885.760,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	484.716,12	25.629,46
(-)DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-1.917.050,21	-1.697.011,75
RECEITA DE CAPITAL	3.299.435,80	495.373,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.200,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.000,00	0,00
AMORT. DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	3.299.435,80	495.373,80
OUTRAS REC. DE CAPITAL	518.473,80	0,00
TOTAL GERAL	18.782.062,95	12.594.568,90

O Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo 11 trata-se de comparação semelhante à do Anexo 10, porém em relação a despesa autorizada com a despesa totalizada pelos empenhos feitos à conta dos créditos autorizados; identificando a existência de economia de dotação ou estouro da dotação. Ocorrendo economia quando o que se fixa é maior que o se realiza; o estouro é quando a despesa realizada supera a fixada. O município em epígrafe portou-se da seguinte maneira:

DESPESAS	ATUALIZADA 2.019	EMPENHADA 2.019
DESPESAS CORRENTES	15.321.372,11	12.361.811,87
PESSOAL E ENCARGOS	9.446.629,91	7.661.226,48
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	31,50	0,00
OUTRAS DESP. CORRENTES	5.874.710,70	4.700.585,39
DESPESA DE CAPITAL	3.414.054,56	2.424.014,95
INVESTIMENTOS	3.284.006,68	2.347.533,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.113,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	128.934,88	76.481,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46.636,28	0,00
TOTAL GERAL	18.782.062,95	14.785.826,82

◆ BALANÇO FINANCEIRO

A situação financeira da entidade é demonstrada pelo balanço financeiro. Esse balanço, que é o Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, acusa na parte da receita orçamentária o produto da arrecadação da receita por fontes feitas de acordo com o orçamento, bem como dos ingressos considerados como receita extra – orçamentária.

A despesa demonstra os pagamentos por funções de governo. Após a inscrição da despesa orçamentária contabilizam-se as operações extras – orçamentárias, cuja soma orçamentária e extra – orçamentária é deduzida do total da receita e de saldos anteriores demonstrando dessa forma os saldos de caixa e banco que se transferem para o exercício seguinte.

Do resultado financeiro do exercício registrou-se a seguinte situação:

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
ORÇAMENTÁRIA	12.954.568,90	ORÇAMENTÁRIA	14.785.826,82
TRANSF. FINANCEIRAS	2.255.479,59	TRANSF. FINANCEIRAS	2.255.479,59
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.391.620,68	EXTRA-ORÇAM.	2.035.718,10
SALDO ANTERIOR	2.447.867,95	SALDO SEGUINTE	972.512,61
CAIXA-ADM	0,00	CAIXA-ADM	0,00
CAIXA-FUNDEB	0,00	CAIXA-FUNDEB	0,00
CAIXA-FMS	0,00	CAIXA-FMS	0,00
CAIXA-FMAS	0,00	CAIXA-FMAS	0,00
CAIXA-CÂMARA	0,00	CAIXA-CÂMARA	0,00
CONTAS CORRENTES	3.054,57	CONTAS CORRENTES	216.179,68

APLICAÇÕES FINANC.	2.444.813,38	APLICAÇÕES FINANC.	756.332,93
TOTAL	20.049.537,12	TOTAL	20.049.537,12

Nota Explicativa: A divergência apresentada ao confrontar o Anexo 13-Balanco Financeiro, pagamentos de Restos a Pagar com Anexo 17-Demonst. Dívida Flutuante, Baixa Restos a pagar, se dá, devido cancelamento de Restos a Pagar no valor R\$ 219.104,61(duzentos e dezenove mil cento e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme Demonst. Anexo 12 Balanco Orçamentário.

As disponibilidades financeiras (caixa e banco) registradas no balanço financeiro totalizam o valor **R\$ 972.512,61** (novecentos e setenta e dois mil quinhentos e doze reais e sessenta e um centavos) expressando com fidedignidade os mesmos apresentados no Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial.

As despesas por funções de governo estão assim demonstradas:

DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO	R\$
Legislativa	607.406,59
Judiciária	0,00
Essencial a Justiça	0,00
Administração	1.989.726,26
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	0,00
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	876.052,55
Previdência Social	0,00
Saúde	3.318.803,58
Trabalho	0,00
Educação	6.997.473,37
Cultura	4.200,00
Direitos a Cidadania	0,00
Urbanismo	441.695,70
Habitação	0,00
Saneamento	237.756,86
Gestão Ambiental	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	136.170,63
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	0,00
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	0,00
Desporto e Lazer	7.440,19
Encargos Especiais	169.101,09
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	14.785.826,82

◆ BALANÇO PATRIMONIAL

Este Anexo 14 demonstra a situação patrimonial da entidade, ou seja, os valores do ativo e os elementos do passivo. A diferença quando positiva entre o Ativo Real e Passivo Real apresentará o Saldo Patrimonial de Ativo Real Líquido ocorrendo o contrário, isto é, quando os elementos do passivo superam os valores do ativo, o saldo patrimonial demonstrará o Passivo Real Descoberto:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL R\$	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL R\$	EXERCÍCIO ANTERIOR R\$
ATIVO CIRCULANTE	976.346,39	2.454.132,83	PASSIVO CIRCULANTE	985.014,92	1.343.165,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	972.512,61	2.447.867,95	PESSOAL A PAGAR	281.186,80	365.605,23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.833,78	6.264,88	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	506.466,17	318.550,62
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
				197.361,75	659.009,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO	12.419.885,84	10.109.439,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.422,42	14.648,38
BENS MÓVEIS	2.806.183,88	2.650.881,23	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	3.854,74
BENS IMÓVEIS	9.613.701,96	7.458.558,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO	4.422,72	10.793,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.406.794,59	11.205.758,65
TOTAL GERAL	13.396.232,23	12.563.572,45	TOTAL GERAL	13.396.232,23	12.563.572,45

◆ DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais informa as alterações efetivas sofridas pelo patrimônio durante o transcorrer de um período. Em realidade, esta demonstração indica, por um lado, os recursos financeiros efetivamente obtidos e, por outro, os recursos aplicados e utilizados nas várias atividades executadas pela administração.

O município apresentou as seguintes variações no patrimônio no decorrer do exercício:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.891.583,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	464.640,62
CONTRIBUIÇÕES	49.613,91
OUTROS SERVIÇOS	150,60

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	495.830,49
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	14.636.613,50
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO	219.104,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.629,46
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.690.547,25
PESSOAL E ENCARGOS	7.666.345,73
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.603.336,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	510,15
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.261.479,59
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	92.619,64
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.255,79
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	1.201.035,94

◆ DÍVIDA FUNDADA INTERNA

O Anexo 16 da Lei nº 4.320/64 faz referência à demonstração da dívida fundada interna. Essa dívida geralmente é constituída de empréstimos contratos a longo prazo, dependentes de autorização legislativa e de dívidas consolidadas para autorização por prazo superior a 12 (doze) meses.

Ficando assim demonstrada durante o exercício em questão:

NOME DA DÍVIDA	SALDO INICIAL	EMIÇÃO	RESGATE	SALDO ATUAL
INSS-DÉBITO PARCELADO	3.854,74	62.051,42	65.906,16	0,00
CONTRATO-ELETROBRÁS	10.793,64	4.204,37	10.575,29	4.422,72
SALDO TOTAL	14.648,38	66.255,79	76.481,45	4.422,72

◆ DÍVIDA FLUTUANTE

De acordo coma Lei nº 4.320/64, esse demonstrativo, que é constituído do Anexo 17, registra dívida a curto prazo, tais como os restos a pagar, serviços da dívida a pagar, depósitos, débitos de tesouraria e diversos. Dos saldos das dívidas apuradas no final do exercício encerrado somados; às inscrições ocorridas no exercício subsequente, deduzem-se as baixas verificadas, apontando os saldos a pagar para o exercício seguinte. O município comportou-se da seguinte forma:

DÍVIDA FLUTUANTE				
TÍTULO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO P/ EX. SEGUINTE
RESTOS A PAGAR	691.155,85	824.740,25	691.155,85	824.740,25
DEPÓSITO/CONS.	659.009,57	1.514.987,23	1.976.634,85	197.361,95
TOTAL	1.350.165,42	2.339.727,48	2.667.790,70	1.022.102,20

Nota Explicativa 01: DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17) E BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

A divergência apresentada ao confrontar o Anexo 13-Balanço Financeiro, pagamentos de Restos a Pagar com Anexo 17-Demonst. Dívida Flutuante, Baixa Restos a pagar, se dá, devido cancelamento de Restos a Pagar no valor R\$ 219.104,61 (duzentos e dezenove mil cento e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme Demonst. Anexo 12 Balanço Orçamentário.

A Diferença (Depósitos/Cons.), R\$ 462.430,10, entre os demonstrativos é devido cancelamento de INSS, para adequação ao endividamento real, ajustado conforme extrato fornecido pela Receita Federal, pois tais valores vêm compondo a dívida parcelada, onde contabilmente são empenhados e baixados como dívida, no entanto, ao longo dos exercícios, não vêm sendo cancelados, causando assim um endividamento não real.

CONCLUSÃO

O Balanço Contábil é composto de quadros comparativos, anexos e relatórios que permitirão uma análise sobre o aspecto econômico e financeiro da entidade. Havendo, entretanto necessidade de outros elementos ou informações colocamo-nos a disposição de qualquer interessado para dirimir todas as dúvidas que porventura venham a surgir, de forma a absorver o princípio da publicidade, um dos pilares sob os quais se sustenta a atual administração pública municipal.

Edson Ribeiro Costa
Prefeito Municipal
CPF: 229.353.633-53

Nota Explicativa 01: DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17) E BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

A divergência apresentada ao confrontar o Anexo 13-Balanço Financeiro, pagamentos de Restos a Pagar com Anexo 17-Demonst. Dívida Flutuante, Baixa Restos a pagar, se dá, devido cancelamento de Restos a Pagar no valor R\$ 219.104,61(duzentos e dezenove mil cento e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme Demonst. Anexo 12 Balanço Orçamentário.

A Diferença(Depósitos/Cons.), R\$ 462.430,10, entre os demonstrativos é devido cancelamento de INSS, para adequação ao endividamento real, ajustado conforme extrato fornecido pela Receita Federal, pois tais valores vêm compondo a dívida parcelada, onde contabilmente são empenhados e baixados como dívida, no entanto, ao longo dos exercícios, não vêm sendo cancelados, causando assim um endividamento não real.

Edson Ribeiro Costa
Prefeito Municipal
CPF: 229.353.633-53